

INSTITUIÇÃO ADVENTISTA ESTE BRASILEIRA DE PREVENÇÃO E ASSISTÊNCIA À SAÚDE
CNPJ 73.696.718/0001-38 - Entidade Filantrópica Inscrita no CNAS e de Utilidade Pública MJ-15893/94-07 de
29/Abril/1996

Submetemos a apreciação de V.S.s., as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31.12.2015 e suas Notas Explicativas
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL			
	NE	2015	2014
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE		37.392.994,63	20.269.533,54
Caixas e Equivalentes de Caixa		77.873,40	443.662,43
Contas a Receber	6F	32.321.309,23	15.102.316,90
Estoques	6G	4.560.464,61	4.362.466,36
Outros Ativos Circulantes		433.347,39	361.087,85
ATIVO NAO CIRCULANTE		63.585.194,08	65.506.474,41
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		3.705.172,57	3.372.377,25
Créditos a Longo Prazo	8	3.705.172,57	3.372.377,25
INVESTIMENTOS		738.807,50	334.432,68
Participação Societária		738.807,50	334.432,68
IMOBILIZADO	6H,6I	58.592.715,22	61.084.684,67
Terrenos		12.916.623,42	12.916.623,42
Imobilizado em Formação	6B	6.461.086,93	5.434.669,12
Edifícios e Benfeitorias		55.886.902,07	55.886.902,07
Móveis, Utensílios, Equip. e Outros		31.851.683,09	32.875.990,88
Automotores		327.271,52	343.231,86
(-) Depreciação Acumulada		(48.850.851,81)	(46.372.732,68)
INTANGÍVEL		548.498,79	714.979,81
Direito Uso e Concessão/Software/Marcas e Patentes		1.387.684,11	1.287.684,11
(-) Amortização Acumulada - Intangível		(839.185,32)	(572.704,30)
TOTAL DO ATIVO		100.978.188,71	85.776.007,95
PASSIVO	NE		
PASSIVO CIRCULANTE		34.930.785,34	21.035.040,59
Contas a Pagar		30.432.422,08	18.935.903,04
Provisões	6C, 9	1.126.902,90	1.824.543,11
Fundos em Confiança		214.154,17	124.594,44
Receitas Diferidas		3.157.306,19	150.000,00
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	10	34.998.309,38	34.518.593,75
Obrigações Diversas		34.998.309,38	34.518.593,75
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	31.049.093,99	30.222.373,61
PATRIMÔNIO SOCIAL			
Patrimônio Social		(2.559.904,29)	1.979.856,99
Superávit/Déficit do Exercício	6E,6L,12	826.720,38	(4.539.761,28)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	2C	39.306.089,09	39.306.089,09
Ajuste de Exercícios Anteriores	2D	(6.523.811,19)	(6.523.811,19)
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		100.978.188,71	85.776.007,95

Mauricio

Eber Junior Ferreira
Eber Junior Ferreira
Contador
CRC RJ 121641/O-2

Eber Junior da Rosa Porto
Eber Junior da Rosa Porto
Tesoureiro
CPF - 534.731.089-87

INSTITUIÇÃO ADVENTISTA ESTE BRASILEIRA DE PREVENÇÃO E ASSISTÊNCIA À SAÚDE

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERAVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO

	NE	2015	2014
RECEITAS	6D	121.019.417,46	106.534.619,79
De Serviços/Contribuições/Doações e Outras		103.339.005,82	86.480.036,44
Serviços de Saúde		102.103.600,05	84.128.514,57
Doações Diversas		174.419,46	355.810,88
Patrimoniais e Financeiras		768.395,41	611.852,56
Outras Receitas Recorrentes		239.314,70	365.997,79
Subvenções de Organizações Adventistas		53.276,20	1.017.860,64
Concessão de Gratuitades		17.680.411,64	20.054.583,35
Concessão de Gratuitades	14, 15, 16	17.680.411,64	20.054.583,35
DESPESAS	6D	(120.020.067,83)	(112.877.802,67)
De Pessoal/Encargos/Administrativas e Outras		(102.339.656,19)	(92.823.219,32)
Despesas com Pessoal (Próprio e Terceiros)		(47.040.580,38)	(46.462.159,60)
Encargos Sociais		(4.423.941,21)	(3.540.800,76)
Administrativas e Gerais		(50.626.179,73)	(42.700.338,12)
Encargos Tributários		(24.785,36)	(38.119,72)
Assistência, Orientação Social e Outras		(224.169,51)	(81.801,12)
Gratuidades Concedidas		(17.680.411,64)	(20.054.583,35)
Gratuidades Concedidas	14, 15, 16	(17.680.411,64)	(20.054.583,35)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS		(172.629,25)	1.803.421,60
Outras Receitas		812.329,42	1.996.683,26
Outras Despesas		(984.958,67)	(193.261,66)
SUPERAVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	6E,6L,12	826.720,38	(4.539.761,28)

INSTITUIÇÃO ADVENTISTA ESTE BRASILEIRA DE PREVENÇÃO E ASSISTÊNCIA À SAÚDE

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Patrimônio Social	Ajuste Avaliação Patrimonial	Ajuste Exercícios Anteriores	Déficit Exercício	T O T A L
Saldos em 01 /01/ 2014	3.624.774,95	39.306.089,09	(7.671.984,19)	(1.644.917,96)	33.613.961,89
Incorporação Déficit Exercício 20	(1.644.917,96)			1.644.917,96	-
Déficit do Exercício 2014	-			(4.539.761,28)	(4.539.761,28)
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-			-
Ajuste de Exercícios Anteriores			1.148.173,00		1.148.173,00
Saldos em 31 /12/ 2014	1.979.856,99	39.306.089,09	(6.523.811,19)	(4.539.761,28)	30.222.373,61
Saldos em 01/01/2015	1.979.856,99	39.306.089,09	(6.523.811,19)	(4.539.761,28)	30.222.373,61
Incorporação Déficit Exercício 20	(4.539.761,28)			4.539.761,28	-
Supoeravit do Exercício 2015	-			826.720,38	826.720,38
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-			-
Ajuste de Exercícios Anteriores			-		-
Saldos em 31 /12/ 2015	(2.559.904,29)	39.306.089,09	(6.523.811,19)	826.720,38	31.049.093,99

Maurício

Eber Junior Fátima
Eber Junior Fátima
 Contador
 CRC RJ 121641/O-2

Volnei da Rosa Porto
Volnei da Rosa Porto
 Tesoureiro
 CPF - 534.731.089-87

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

MÉTODO INDIRETO

	2015	2014
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Déficit do Exercício	826.720,38	(4.539.761,28)
Depreciação e Amortização	2.644.600,15	4.076.291,16
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	1.148.173,00
Variações nos Ativos e Passivos:		
Contas a Receber a Curto Prazo	(17.218.992,33)	(1.444.565,71)
Estoques	(197.998,25)	(1.599.627,82)
Contas a Receber a Longo Prazo	(332.795,32)	(610.110,69)
Despesas Antecipadas	(72.259,54)	(139.495,33)
Contas a Pagar	11.496.519,04	(183.337,39)
Passivo Não Circulante	479.715,63	6.492.662,38
Receitas Diferidas	3.007.306,19	150.000,00
Provisões	(697.640,21)	874.872,95
Fundos em Confiança	89.559,73	(13.617,39)
= Disponibilidades líquidas geradas nas atividades operacionais	24.735,47	4.211.483,88
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Compras de imobilizado	13.850,32	(3.905.128,77)
Outros Investimentos	(404.374,82)	(33.601,88)
= Disponibilidades líquidas geradas nas atividades de investimen	(390.524,50)	(3.938.730,65)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Crédito para Integralização de Capital		
Pagamentos de lucros e dividendos		
Juros recebidos de empréstimos		
Juros pagos por empréstimos		
Empréstimos tomados		
Pagamentos de empréstimos/debêntures		
= Disponibilidades líquidas geradas nas atividades de financiamen	-	-
Variação Líquida nas Disponibilidades	(365.789,03)	272.753,23
Aumento (redução) das disponibilidades	(365.789,03)	272.753,23
Disponibilidades no início do exercício	443.662,43	170.909,20
Disponibilidades no final do exercício	77.873,40	443.662,43


 Mauricio Pinto Lima
 Presidente
 CPF: 074.175.718-40


 Volnei da Rosa Porto
 Economista
 CPF: 534.731.089-87


 Eber Junior F. Almeida
 Contador
 CRC RJ 121641/O-2
 Valcyr Pinto
 Contador
 CRC RJ 121848/O-4

**INSTITUIÇÃO ADVENTISTA ESTE BRASILEIRA DE PREVENÇÃO E ASSISTÊNCIA À
SAÚDE**

CNPJ 73.696.718/0001-38

**NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A INSTITUIÇÃO ADVENTISTA ESTE BRASILEIRA DE PREVENÇÃO E ASSISTÊNCIA A SAÚDE, pessoa jurídica de direito privado, Entidade de fins Filantrópicos e Assistenciais na área da Saúde, inscrita no CNPJ 73.696.718/0001-38, com sede à Estrada União Indústria 13810, Itaipava, Petrópolis, RJ declarada de Utilidade Pública Federal, conforme Decreto n.º 2536 de 07 de abril de 1998, registrado no CNAS conforme processo n.º 28990.013072/93-76, com título declaratório de Utilidade Pública Estadual n.º 297, no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) n.º 042/99, portadora de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social conforme processo MS n.º 25000.025265/2010-21 (CNAS n.º 71000.031492/2009-70), portadora do CEBAS Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde conforme processo 25000.160326/2011-87, deferido na Portaria n.º 1085 de 13 de Outubro de 2015, com validade pelo período de 16 de Março de 2012 a 15 de Março de 2017.

Tem como principais finalidades estatutárias:

- a) Difundir e propagar princípios morais, cívicos, éticos, cristãos e de saúde adotados pela Igreja Adventista do Sétimo Dia,
- b) Prestar serviços e assistência médico-hospitalar,
- c) Promover ações e programas de assistência a idosos, a pessoas carentes e orientação familiar.

No cumprimento de seus objetivos, a INSTITUIÇÃO não fará discriminação alguma quanto à cor, credo, idade, sexo, religião, e outra de qualquer natureza.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- a) As Demonstrações Contábeis incorporam os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em vigor até a data de conclusão da elaboração das demonstrações contábeis.
- b) Atendendo as alterações promovidas na legislação societária brasileira pela Lei n.º 11.638/07 e Lei 11.941/09, a Instituição elaborou no presente exercício a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), em substituição à Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), comparativamente ao exercício findo em 31/12/2014.
- c) As práticas contábeis modificadas em função das alterações na legislação societária afetaram o patrimônio líquido da entidade em R\$ 39.306.089,09, referente ao ajuste de avaliação patrimonial.



- d) Os Ajustes de Exercícios Anteriores, no valor de R\$ 6.523.811,19 refere-se ao estorno de contabilização de um terreno que constava nos registros contábeis da entidade, porém não era de titularidade da mesma.

NOTA 3 - FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO 1.330/11 (NBC ITG 2000)

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna, ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

NOTA 4 - AJUSTE A VALOR PRESENTE

De acordo com o CPC 12 – Ajuste a valor presente, aprovado pela Deliberação CVM nº 564/08, a Entidade analisou suas contas de ativo e passivo de curto e longo prazo, com relação a valores realizáveis e exigíveis no futuro, prazos de liquidação, vencimento e possíveis taxas e verificou que qualquer ajuste a valor presente, com exceção dos empréstimos contratados, seria irrelevante. Para estes, tal procedimento foi aplicado.

NOTA 5 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A ENTIDADE é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI alínea “C” e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

NOTA 6 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

a) Aplicações de Liquidez Imediata:

As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pro-rata até a data do encerramento do exercício.

b) Edificações e Benfeitorias em Formação:

Os valores investidos em construções e reformas durante o exercício foram constituídos pelo custo do projeto, mão-de-obra e aquisições de materiais.

c) Provisão de Férias e Encargos:

Foram constituídas mensalmente com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais de acordo com o direito adquirido pelos empregados até a data do encerramento do exercício.

d) Receitas e Despesas:

As Receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao regime de competência. As receitas decorrentes dos serviços prestados por assistência médico-hospitalar aos conveniados, proveniente de internações e serviços ambulatoriais, foram registradas quando auditadas e faturadas, por ocasião da alta do paciente e protocoladas no convênio credenciado. Este fato nem sempre ocorre no mesmo período em que foram incorridos os custos, mas as distorções que esses fatos acarretam compensam-se ao longo dos períodos não ocasionando alterações relevantes ao resultado.

e) Apuração do Resultado:



8

O resultado foi apurado obedecendo ao Regime de Competência. A receita da prestação dos serviços considerou o valor justo acordado em contrato entre a Instituição, os Convênios e clientes recebidos ou a receber. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações foram reconhecidos no resultado.

f) Contas a Receber:

As contas a receber são registradas pelo valor faturado.

g) Estoques:

Os estoques no valor total de R\$ 4.560.464,61 são demonstrados através do custo médio das aquisições, acrescido de gastos relativos a transportes e impostos não recuperáveis.

h) Imobilizado:

Os bens do ativo imobilizado, totalizando R\$ 58.592.715,22 foram registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear e com o tempo de vida útil estabelecido pela comissão administrativa de cada estabelecimento. Outros gastos são incorporados aos bens em decorrência do aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado, bem como seu tempo de vida útil. Qualquer outro tipo de gasto, quando incorrido, é reconhecido no resultado como despesa.

Bens	Custo	Depreciação	Residual
Terrenos	12.916.623,42	-	12.916.623,42
Prédios	55.886.902,07	24.867.833,44	31.019.068,63
Móveis, Utensílios, Maq e Equipamentos, Comput. e Periféricos	31.851.683,09	23.660.829,05	8.190.854,04
Veículos	327.271,52	322.189,32	5.082,20
Bens em Formação	6.461.086,93	-	6.461.086,93
TOTAIS	107.443.567,03	48.850.851,81	58.592.715,22

i) Impairment:

Avaliação de perdas de recuperabilidade (*impairment*) do ativo imobilizado. A Administração da Instituição avalia se o ativo imobilizado, com base em expectativa de benefícios futuros e valor de mercado, não está registrado com um valor superior a esses dois.

j) Direitos e Obrigações:

Os direitos e obrigações são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Os direitos e as obrigações sujeitos a variação monetária ou variação cambial estão demonstrados pelos seus valores atualizados na data do balanço, atendendo ao critério "pro-rata-die", refletindo o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

l) Da Distribuição do Resultado:

A Instituição não distribuiu resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto. Seus dirigentes, conselheiros, sócios e demais beneméritos, não perceberam vantagens ou benefícios de qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, no exercício de 2015.

NOTA 7 - PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA - PCLD

Esta provisão foi constituída seguindo os critérios estabelecidos e considerando uma posição conservadora fundamentada no principio da prudência (Resolução CFC 1.282/2010).



NOTA 8 - ATIVO NÃO-CIRCULANTE (REALIZÁVEL A LONGO PRAZO)

Este grupo totaliza o valor de R\$ 3.705.172,57 e é composto por aplicações financeiras, convênios sob judice, cheques protestados, bloqueios judiciais, fiscais, trabalhistas e valor referente a depósito judicial do PIS conforme processo nº 20053400008947-6 tendo seguinte desmembramento:

Convênios sob Judice	620.583,78
Cheques protestados	47.891,02
Depósito Judicial Processo PIS 2005.34.00.008947-6	2.550.383,32
Bloqueios Judiciais, Fiscais e Trabalhistas	86.314,45

NOTA 9 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Atendendo ao disposto na Resolução do CFC 1.180/09 (NBC TG 25), a Provisão para Contingências foi constituída com base na expectativa do desfecho desfavorável dos processos judiciais de natureza trabalhista e cível, impetrados na justiça em montantes julgados suficientes para cobrir eventuais perdas até o final do exercício. A Instituição está recolhendo os valores relativos ao PIS sobre folha de pagamento em juízo conforme processo judicial nº 20053400008947-6. Em consulta ao departamento jurídico da entidade entende-se que o processo é passível de êxito e como o valor calculado já é depositado em juízo, e que os mesmos são corrigidos aplicados os indicadores financeiros, os efeitos se anulam entre as contas dispensando provisões adicionais.

Também em consulta ao departamento jurídico da entidade, entende-se que a possibilidade de perda no processo 0119926-70-2000-8-19-0001, referente ao reconhecimento da imunidade tributária pelo município do Rio de Janeiro, é remota, dispensando provisão para este caso.

NOTA 10 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O valor de R\$ 34.998.309,38 é composto de Empréstimos de Entidades Congêneres, provisão para PIS sobre a folha conforme processo judicial nº 20053400008947-6, e outras conforme demonstrativo abaixo. São demonstrados pelos valores conhecidos, contratados ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.


Entidades Congêneres	27.690.184,46
Processo PIS S/Folha	2.583.226,62
Emprést. e Financiamentos a pagar	3.887.555,67
Outras Obrigações	837.342,63
TOTAL	34.998.309,38

NOTA 11 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido no valor de R\$ 31.049.093,99 é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do superávit do exercício no valor de R\$ 826.720,38.

NOTA 12 - DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

O superávit do exercício de 2015 no valor de R\$ 826.720,38 foi incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais e estatutárias, conforme deliberação da Assembleia.



NOTA 13 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC T 3.8 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e também de acordo com a Resolução 1.152/2009 que aprovou a NBC T 19.18.

O Método utilizado na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o Indireto.

NOTA 14 - DA CONCESSÃO DOS RECURSOS EM ASSISTÊNCIA À SAÚDE

A Instituição no atendimento aos seus objetivos estatutários demonstra no seu registro de Serviços Gratuitos o valor de R\$ 17.680.411,64 decorrentes de custos com atendimento médico-hospitalar e ambulatorial às comunidades carentes adjacentes. A Entidade declara que em conformidade ao Decreto nº 7.237/10 ofertou a prestação de todos os seus serviços hospitalares ao SUS no percentual mínimo de vinte por cento.

Procedimentos	Nº Atendimentos	Valores
Atendimentos Ambulatoriais	32794	2.299.706,26
Internações	737	13.068.903,37
Atendimentos de Emergência	462	180.683,39
Atendimentos Externos	17.754	2.131.118,62
Total Atendimentos Gratuitos	51.747	17.680.411,64

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES DA SAÚDE PARA FINS DE CEBAS

Conforme determinação do artigo 40 da Lei No. 12.101/09 Portaria MS No. 3.355/10 e Portaria MS No. 1970/11, a Entidade já procedeu ao cadastramento no Ministério da Saúde, pelo site no departamento de certificação D-CEBAS. A Entidade em atendimento a Portaria MS No. 1.034/10 formalizou seu convênio e/ou contratualização no dia 01/09/2013, com o Gestor Local do SUS. A Instituição de saúde mantém atualizados seus dados no Cadastro Nacional de Entidades de Saúde (CNES).

Os serviços de saúde desenvolvidos pela Entidade são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Saúde (Política Nacional de Saúde, Política Nacional de Humanização, Política Nacional de Atenção Básica à Saúde e outras) que ela está inserida e como consequência, por elas, regulamentadas.

NOTA 16 - DA COMPLEMENTAÇÃO (NÃO CUMPRIMENTO DOS 60%) DOS SERVIÇOS DE SAÚDE PELO SUS

ANO DE 2015

Conforme determinação do artigo 8º. da Lei No. 12.101/09 artigo 18 do Decreto No. 7.237/10 e artigo 9º inciso II da Portaria do MS No. 1.970/11 a Entidade prestou serviços ao SUS em percentual menor que 60%, sendo o percentual pactuado de 30%, e aplicou percentual de sua receita efetivamente recebida da prestação de serviços de saúde em gratuidade (Projetos de Saúde e Atendimentos Gratuitos), reconhecidos pelo Gestor Local do SUS, sendo o percentual pactuado de 10%. Como o SUS não teve demanda de 30% conforme pactuado, foi realizado 20% de gratuidade conforme a lei 12.101/09.

e

COMPOSIÇÃO DA RECEITA EFETIVAMENTE RECEBIDA DE SAÚDE 2015 VINCULADA A GRATUIDADE	Valores (R\$)
Receita Efetivamente Recebida de Convênios em 2015	98.300.728,74
Receita Efetivamente Recebida de Particulares em 2015	2.578,329,88
Total das Receitas Efetivamente Recebidas em 2015	100.879.058,62
(-) Descontos e Abatimentos Sobre Receita	-15.015.177,46
TOTAL	85.863.881,16
Compromisso Gratuidade – (20% s/ a Receita Efetivamente Recebida em 2014)	17.172.776,23

ANO DE 2014

Conforme determinação do artigo 8º. da Lei No. 12.101/09 artigo 18 do Decreto No. 7.237/10 e artigo 9º inciso II da Portaria do MS No. 1.970/11 a Entidade prestou serviços ao SUS em percentual menor que 60%, sendo o percentual pactuado de 30%, e aplicou percentual de sua receita efetivamente recebida da prestação de serviços de saúde em gratuidade (Projetos de Saúde e Atendimentos Gratuitos), reconhecidos pelo Gestor Local do SUS, sendo o percentual pactuado de 10%.

COMPOSIÇÃO DA RECEITA EFETIVAMENTE RECEBIDA DE SAÚDE 2014 VINCULADA A GRATUIDADE	Valores (R\$)
Receita Efetivamente Recebida de Convênios em 2014	97.937.726,75
Receita Efetivamente Recebida de Particulares em 2014	4.342.797,59
Total das Receitas Efetivamente Recebidas em 2014	102.280.524,34
(-) Descontos e Abatimentos Sobre Receita	-11.411.483,17
TOTAL	90.869.041,17

COMPARAÇÃO DO COMPROMISSO S/RECEITA COM A GRATUIDADE CONCEDIDA

Abaixo demonstraremos o compromisso exigido sobre a receita efetivamente recebida de saúde e o valor da gratuidade concedida:

Descrição – 2015	Valores (R\$)
Compromisso de Gratuidade – (20% s/ a Receita Efetivamente Recebida)	17.172.776,23
Atendimentos Gratuitos	17.680.411,64
Total de Gratuidade de Saúde Concedida	17.680.411,64
Diferença Gratuidade Concedida e Compromisso s/Receita	507.635,41

Descrição – 2014	Valores (R\$)
Compromisso de Gratuidade – (20% s/ a Receita Efetivamente Recebida)	18.173.808,23
Atendimentos Gratuitos	20.054.583,35
Total de Gratuidade de Saúde Concedida	20.054.583,35
Diferença Gratuidade Concedida e Compromisso s/Receita	1.880.775,12

Mauricio

[Assinatura]

e

NOTA 17 - ISENÇÕES DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

a) INSS

Em atendimento ao Parágrafo Único, Artigo 4º do Decreto nº 2.536/98, de 06 de abril de 1998, com as alterações introduzidas através do Decreto nº 4.327, de 08 de agosto de 2002, o valor relativo à isenção previdenciária, como se devida fosse, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 foi de R\$ 10.759.223,66. Atendendo ao disposto em seus estatutos, a Entidade aplicou todo o montante em programas para a manutenção de serviços gratuitos.

ISENÇÕES USUFRUÍDAS	
Contribuição Patronal	8.208.056,28
SAT	781.164,61
Terceiros	1.770.002,77
Total Isenções Usufruídas	10.759.223,66

b) Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS

A Entidade usufruiu-se de isenções do PIS no montante de R\$ 110.691,44 no exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

NOTA 18 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS (ISENTAS)

A Entidade possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), renovado pelo processo MS nº 25000.160326/2011-87, deferido pela Portaria nº 1.085, de 13 de outubro de 2015, publicada no Diário Oficial da União no dia 14 de outubro de 2015, com validade até 15/03/2017.


Conforme o artigo 29 da Lei No. 12.101/09 entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212/91. Abaixo demonstraremos as contribuições sociais usufruídas, a forma de contabilização e o montante do período que não é pago.


CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS

- 20% sobre folha de salários e serviços de autônomos e individuais;
- RAT/SAT(1%, 2% ou 3%)
- TERCEIROS (4,5% - Educação e Social e 5,8% - Saúde)
- 15% sobre serviços prestados por cooperativas
- COFINS – 3%
- CSLL - Contribuição Social de 10% sobre o Lucro Líquido

Quanto a Contribuição Social sobre Lucro Líquido, entendemos que é inaplicável às entidades sem fins lucrativos, pois, não possuem “lucro” conforme conceituação da legislação tributária, sendo impossível aplicar sua regra de incidência. Outrossim, vale afirmar que essas entidades possuem, eventualmente, SUPERÁVIT, o que não se confunde com LUCRO. Desta feita, entendemos que qualquer entidade Sem Fins Lucrativos não estaria sujeita à incidência desta Contribuição Social sobre Lucro.


Maurício Pinto Lima
Presidente
CPF: 074.175.718-40


Volnei da Rosa Porto
Tesoureiro
CPF: 534.731.089-87


Eber Junior Ferreira
Contador
CRC 121641/0-2

A
Diretoria da
INSTITUIÇÃO ADVENTISTA ESTE BRASILEIRA DE PREVENÇÃO E ASSISTÊNCIA
A SAÚDE
CNPJ: 73.696.718/0001-38
Niterói - RJ

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Examinamos as demonstrações contábeis da **INSTITUIÇÃO ADVENTISTA ESTE BRASILEIRA DE PREVENÇÃO E ASSISTÊNCIA A SAÚDE**, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais Notas Explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da **INSTITUIÇÃO ADVENTISTA ESTE BRASILEIRA DE PREVENÇÃO E ASSISTÊNCIA A SAÚDE** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorções relevantes.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorções relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da **INSTITUIÇÃO ADVENTISTA ESTE BRASILEIRA DE PREVENÇÃO E ASSISTÊNCIA A SAÚDE** para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da **INSTITUIÇÃO ADVENTISTA ESTE BRASILEIRA DE PREVENÇÃO E ASSISTÊNCIA A SAÚDE**. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela

